



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2713

Presidente da Mesa Diretora: Manoel Soares Lopes

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Orçamento

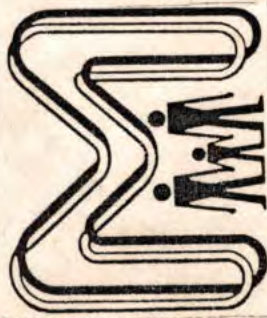
Autoria: Executivo Municipal

Data: 07/10/1986

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 39/1986. Estima a receita e fixa a despesa do município de Montes Claros para o exercício financeiro de 1987.

Controle Interno – Caixa: 18 **Posição:** 03 **Número de folhas:** 09

Observação: A descrição orçamentária encontra-se no arquivo físico. Trata-se de anexo contendo 229 páginas. Disponível para pesquisa *in loco*.



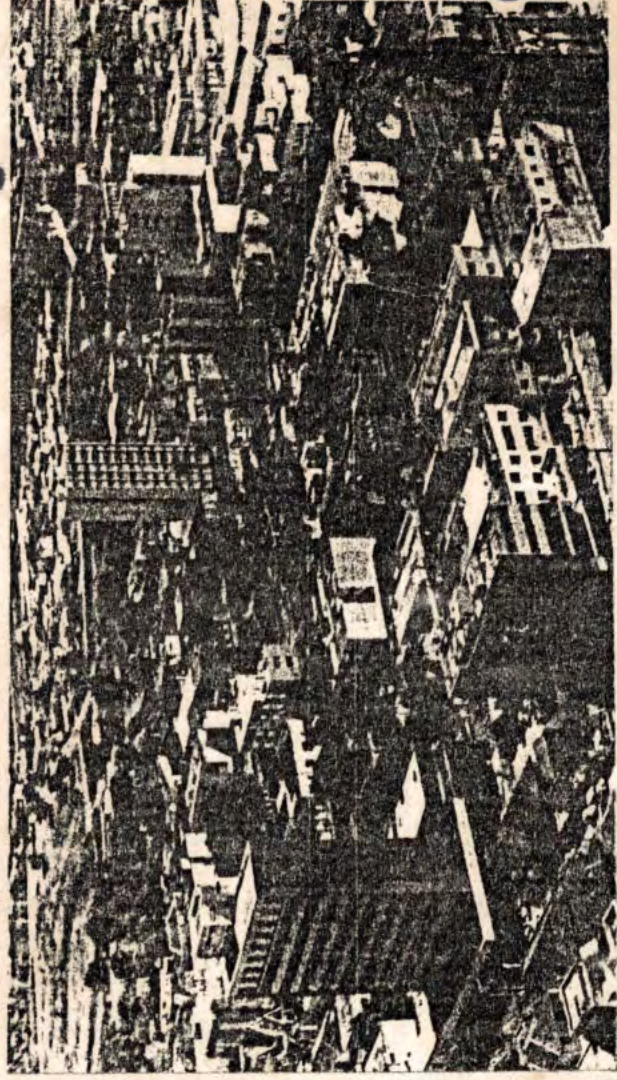
PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Administração Mutirão

Prefeito Luiz Tadeu Leite

ANEXO I DA CONSTITUINTE

*Projeto Municipal
Orçamento para o ano de 1987*



Caixa 41

*Recebido em 07-10-86 / Estima a Receita e fixa a Despesa
Aprovado em 11-11-86 / do Município de M. Claros para o exercício
financeiro de 1987.*

ANEXO I 87

PROJETO DE LEI Nº DE 1987

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
DE MONTES CLAROS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO
de 1987.

O Povo do Município de Montes Claros, Por Seus Representantes, Decretou e Eu, em Seu Nome, Sanciono a Seguinte Lei.

Art. 1º- O Orçamento do Município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1987, estima a receita em CZ\$226.916.000 (Duzentos e Vinte e Seis Milhões, Novecentos e Desesseis mil Cruzados) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º- A receita será realizada, na forma da legislação em vigor, obedecendo os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária

Receita Patrimonial

Receita Industrial

Receita de Serviços

Transferências Correntes

Outras Transferências Correntes

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito

Alienação de Bens

Transferências de Capital

(CZ\$1.00)

135.888.000

17.260.000

1.830.000

2.232.000

700.000

97.600.000

16.226.000

91.028.000

40.428.000

400.000

50.200.000

Ce.

Art. 3º- A despesa será realizada segundo a discriminação dos anexos da presente lei, que apresentam a sua composição por função, órgão, categorias de programação, categorias econômicas e conforme o seguinte desdobramento:

(CZ\$1.00)

FUNÇÕES E ÓRGÃOS

LEGISLATIVA

Câmara Municipal

JUDICIÁRIA

Procuradoria e Consultoria Jurídica

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Câmara Municipal

Secretaria Municipal de Governo

Auditoria Geral

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal da Fazenda

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

4.277.690

4.277.690

10.419.415

10.419.415

38.233.891

35.000

3.492.030

109.840

13.782.541

14.633.140

3.848.100

541.280

1.491.480

300.480

g.

AGRICULTURA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

4.547.620
4.575.620

EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretaria Municipal de Governo

31.800

Secretaria Municipal de Educação

24.633.360

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

23.224.420

47.890.580

HABITAÇÃO E URBANISMO

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

1.367.700

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

23.651.544

Secretaria Municipal de Obras

2.800

Secretaria Municipal de Ação Social

5.447.120

30.469.164

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

921.150

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

191.480

Secretaria Municipal de Ação Social

11.481.900

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

1.459.600

14.064.130

SAÚDE E SANEAMENTO

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

6.890.900

Secretaria Municipal de Saúde

9.812.070

Secretaria Municipal de Ação Social

78.210

16.782.180

Cg.

(CZ\$1.00)

TRABALHO

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

4.000

4.000

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

9.859.780

3.000.000

Secretaria Municipal de Administração

1.327.880

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

215.390

Secretaria Municipal de Ação Social

5.316.510

TRANSPORTE

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

50.339.550

41.422.500

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

8.917.050

TOTAL:

226.916.000

g.

Art. 4º- Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 40%(Quarenta por cento) da despesa orçamentária visando reforçar dotações que se tornarem insuficientes, para o que, se necessário, poderá anular, total ou parcialmente, dotações orçamentárias.

Parágrafo Único: Serão suplementadas pelo valor do excesso de arrecadação efetivamente realizada sobre a previsão orçamentária, as dotações que correspondem à aplicação do produto de receitas vinculadas, derivadas de transferências, contribuições federais e outros, não se incluindo estas suplementações no limite fixado neste artigo.

Art. 5º- Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25%(Vinte e Cinco por cento) da receita prevista nesta lei, conforme as disposições legais vigentes.

Art. 6º- Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito no país e no exterior, até o limite de CZ\$ 40.428.000 (Quarenta milhões, quatrocentos e vinte e oito cruzados) observado o artigo 42, incisos IV e V da Constituição Federal e as disposições do Senado Federal pertinentes à matéria.

Parágrafo único: Na contratação de crédito no país, poderá o Poder Executivo estipular como garantia subsidiária, a vinculação dos recursos referentes à quota Municipal do Fundo de Participação dos Municípios, ao Imposto de Circulação de Mercadorias.

Art. 7º- O Poder Executivo, por decreto e no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para a movimentação de dotações atribuídas às diversas Unidades Orçamentárias.

Art. 8º- O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhará a execução orçamentária, atentando para o cumprimento das metas estabelecidas neste Orçamento.

Art. 9º- Esta lei vigorará durante o exercício de 1987, a partir de 1º de Janeiro.

Art. 10º- Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela contém.

Montes Claros, aos 29 dias do mês de Setembro de 1986.


LUIZ TADEU LEITE

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM S DISCURSÃO POR

EM 18 DE novembro DE 1986

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SAÍDA

EM 18 DE novembro DE 1986

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE FINANÇAS
 E DESENVOLVIMENTO
 EM 07 DE OUTUBRO DE 1986

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 1ª DISCURSÃO POR
maioria de 12 votos
 EM 11 DE NOVEMBRO DE 1986

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 2ª DISCURSÃO POR
maioria de 12 votos
 EM 11 DE NOVEMBRO DE 1986

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE FINANÇAS
 EM 11 DE NOVEMBRO DE 1986

 PRESIDENTE

A comissão de finanças e desenvolvimento
 debruçou-se a presente reunião
 orçamentária para a festa de
 fevereiro.

Sei Camp

Carlos Teófilo de S. G.

foam pelo texto original
 do projeto projeto orçamentário.

M. da M. 18-11-86

Carlos Teófilo de S. G.



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em, 30 de Setembro de 19 86

Of. Nº : SG-095/86
Assunto : Encaminha Projeto da Lei Orçamentária
Serviço : Secretaria de Governo

Senhor Presidente,

Vimos, na forma da Lei, submeter a alta apreciação e aprovação dessa Egrégia Casa o incluso Projeto de Lei, que constitui o Orçamento para o exercício de 1.987.

Não seria necessário tecer qualquer comentário a mais, por que o texto da matéria, que ora apresentamos, contém com clareza todos os dados acerca da Receita, bem como da Despesa e, ainda, é acompanhada de uma justificativa elaborada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação-SEPLAN, desta Prefeitura.

Contando com a atenção que esta matéria merece por parte do Legislativo esperamos que a mesma seja aprovada, sem restrições, pelos Nobres Vereadores.

Na oportunidade, queremos renovar a Vossa Excelência e aos seus Nobres Pares os protestos de alta estima e consideração, subscrevendo-nos

Atenciosamente,

LUIZ TADEU LEITE
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Manoel Soares Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

N E S T A